

A. I. Nº - 117227.0200/09-5
AUTUADO - CASARÃO SÃO CAETANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - ROQUE PEREIRA DA SILVA
ORIGEM - INFAZ VAREJO
INTERNET - 04/11/2010

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0277-03/10

EMENTA: ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO. PAGAMENTO DO DÉBITO COM DESISTÊNCIA DA DEFESA. O pagamento do crédito tributário, com desistência da defesa apresentada, implica extinção do processo administrativo, nos termos do art. 122, I e IV, do RPAF. Defesa do Auto de Infração **PREJUDICADA**, ficando extinto o processo administrativo. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 30/6/09, cuida dos seguintes fatos:

1. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material de uso ou consumo do estabelecimento, sendo glosado crédito no valor de R\$ 30,15, com multa de 60%;
2. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas com pagamento do imposto por substituição tributária, sendo glosado crédito no valor de R\$ 651,90, com multa de 60%;
3. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS por ter o autuado, na condição de destinatário de mercadorias, feito uso de crédito relativo a frete CIF, sendo glosado crédito no valor de R\$ 2.572,56, com multa de 60%;
4. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a imposto não destacado em documento fiscal, sendo glosado crédito no valor de R\$ 180,76, com multa de 60%;
5. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a mercadorias adquiridas a empresas do regime do Simples, sendo glosado crédito no valor de R\$ 4.586,69, com multa de 60%;
6. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a serviços de transporte prestados por empresas do regime do Simples Nacional, sendo glosado crédito no valor de R\$ 3,36, com multa de 60%;
7. utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente a valor superior ao destacado nos documentos fiscais, sendo glosado crédito no valor de R\$ 1.507,24, com multa de 60%;
8. recolhimento a menos de ICMS devido a título de diferença de alíquotas relativamente a aquisições interestaduais de bens destinados ao ativo imobilizado do estabelecimento, sendo lançado imposto no valor de R\$ 4.857,79, com multa de 60%;
9. falta de pagamento da diferença de alíquotas do ICMS nas aquisições interestaduais de material de consumo do estabelecimento, sendo lançado imposto no valor de R\$ 1.643,74, com multa de 60%;
10. recolhimento a menos de ICMS devido a título de antecipação parcial, nas aquisições interestaduais de mercadorias destinadas a comercialização, sendo lançado imposto no valor de R\$ 24.015,36, com multa de 60%;
11. recolhimento a menos de ICMS devido por antecipação, nas mercadorias “relacionadas nos anexos 88 e 89” [leia-se: mercad

de substituição tributária, nos termos do art. 353 do RICMS], sendo lançado imposto no valor de R\$ 3.155,47, com multa de 60%;

12. falta de registro, na escrita fiscal, de entrada de mercadorias decorrentes de operações sujeitas à tributação pelo ICMS, sendo aplicada multa de R\$ 241,33, equivalente a 10% do valor das entradas omitidas;
13. falta de registro, na escrita fiscal, de entrada de mercadorias decorrentes de operações não sujeitas à tributação pelo ICMS, sendo aplicada multa de R\$ 4,19, equivalente a 1% do valor das entradas omitidas.

O autuado impugnou os lançamentos (fls. 768/778) destacando a vedação constitucional da utilização de tributo ou multa com efeito confiscatório.

Declara reconhecer as infrações 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 6ª, 8ª, 9ª, 10, 11, 12 e 13.

Quanto ao item 5º, alega que houve equívoco do autuante, por ter deixado de considerar no levantamento fiscal algumas Notas Fiscais.

Com relação ao item 7º, alega que o valor de R\$ 1.814,94, relativo à Nota Fiscal 540 da empresa 3D Com. Materiais, foi anotado incorretamente no livro de entradas, sendo que o valor correto é R\$ 308,70, de acordo com os documentos anexos.

Pede que o lançamento do item 5º seja julgado parcialmente improcedente, reduzindo-se o débito para R\$ 665,79, e que o lançamento do item 7º seja declarado totalmente improcedente. Alternativamente, pede que a multa seja reduzida ao percentual considerado legal prelo STF, de 30%. Protesta pela produção de todos os meios de prova admitidos em direito. Juntou documentos.

Posteriormente foi requerida a juntada de demonstrativo contábil (fls. 816-817).

Em seguida foi protocolada petição dirigida ao inspetor fazendário da Infaz Varejo (fls. 820/822) em que o autuado diz ser detentor de autorizações para transferência de créditos fiscais, sendo uma no valor de R\$ 40.000,00 e outra de R\$ 30.454,91, totalizando um crédito de R\$ 70.454,91, oriundos das empresas Distagro Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda. e Fertibahia Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., conforme documentos anexos. Requer a utilização dos citados créditos, em forma de compensação com os valores lançados no presente Auto de Infração, visando ao seu pagamento integral.

Noutra petição (fl. 832), o contribuinte requereu a anexação das 1ªs. vias dos Certificados de Crédito de ICMS nº 158631 e 158629, emitidos pela Infaz Feira de Santana, para pagamento do presente Auto de Infração.

O fiscal autuante prestou informação (fls. 838-839) dizendo que, como os valores dos Certificados de Crédito não seriam suficientes para quitar o total do Auto, o contribuinte foi informado de que restaria um saldo de R\$ 184,52, e o contribuinte providenciou em 23.2.10 o pagamento do valor remanescente. Diz o autuante que nada tem a contestar.

Foi feita juntada aos autos de extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) discriminando o pagamento total do débito lançado (fls. 844/856).

O autuado requereu a declaração da extinção do processo administrativo (fl. 858).

VOTO

Este Auto de Infração é composto de 13 itens, envolvendo utilização indevida de crédito fiscal, falta de recolhimento e recolhimento a menos de diferença de alíquotas, recolhimento a menos de ICMS devido a título de antecipação parcial e do imposto devido nas operações de aquisições interestaduais de mercadorias enquadradas no regime de não substituição tributária, de falta de registro, na escrita fiscal, de entrada de mercadorias. De

objetivamente apenas os itens 5º e 7º. No entanto, posteriormente, o autuado requereu a quitação integral do Auto de Infração.

Foi feita juntada aos autos de extratos do SIGAT (Sistema Integrado de Gestão da Administração Tributária) discriminando o pagamento total do débito lançado (fls. 844/856).

Isso implica a extinção da lide. Por conseguinte, a defesa encontra-se prejudicada, considerando-se extinto o processo administrativo, nos termos do art. 122, I e IV, do RPAF.

A repartição analisará os elementos apresentados visando à homologação dos valores quitados.

Voto pela EXTINÇÃO DO PROCESSO, em face do pagamento do crédito tributário, ficando, conseqüentemente, prejudicada a defesa apresentada.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PREJUDICADA** a defesa apresentada e declarar **EXTINTO** o presente processo administrativo fiscal relativo ao Auto de Infração nº **117227.0200/09-5**, lavrado contra **CASARÃO SÃO CAETANO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo o PAF ser encaminhado à INFAZ de origem para adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2010

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA – PRESIDENTE

JOSÉ BIZERRA LIMA IRMÃO – RELATOR

OSMIRA FREIRE DE CARVALHO RIBEIRO DA SILVA – JULGADORA